

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>		
<b>Autor:</b> Dep. Sebastião Rezende		

Modifica a redação do **art. 3º**, do Projeto de Lei nº. 58/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º Esta lei entra em vigor após legislação específica federal reconhecer o tema no ordenamento jurídico Pátrio.”**

## JUSTIFICATIVA

Trata-se de emenda modificativa que pretende **alterar o artigo 3º do Projeto Lei nº 58/2019, que assegura as pessoas que mantenham união homoafetiva o direito a inscrição, como entidade familiar, nos programas da habitação desenvolvidos pelo Estado de Mato Grosso.**

A referida emenda busca, apenas e tão, adequar e via de consequência dar legalidade ao uso do termo “entidade familiar” utilizado no referido Projeto de Lei, nos termos do ordenamento jurídico Pátrio, senão vejamos:

Conforme se verifica no texto da Constituição Federal, especificamente no art. 226, § 3º, que assim estabelece:

**Art. 226.** *A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.*

(...)

**§ 3º** *Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.*

Dando continuidade, nossa legislação infraconstitucional, precisamente o Código Civil, em seu art. 1.723 assim determina:

**Art. 1.723.** *É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.*

Como se vê Nobres Pares, o legislador Pátrio ao tratar do tema “**entidade familiar**” foi específico (e cristalino) de que só seria legalmente reconhecida **a entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher.**

**Portanto, conforme se vê, em nosso ordenamento jurídico há total ausência de previsão normativo-constitucional e infraconstitucional.**

Dessa feita, entendemos que **somente LEI** (e no caso específico Lei Federal) poderia reconhecer a união homoafetivo como entidade familiar, conforme o nosso ordenamento jurídico.

Portanto, pelas razões acima esposadas, conto com os nobres colegas para aprovação da presente emenda.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 24 de Abril de 2019

**Sebastião Rezende**  
Deputado Estadual